

AÇÃO COMUM



Distribuição Gratuita

Rio de Janeiro, abril de 1984

ano VI nº 53

Simonsen destaca potencial do Mobral no apoio às comunidades



Fotos: Alvaro Renaldi

O primeiro Presidente da Fundação Mobral analisou a atuação da entidade no momento atual.

O Mobral pode ser uma estúpida fonte de coleta de aspirações da comunidade, além de poder funcionar como um formidável balcão de empregos, na opinião do ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, primeiro Presidente do Órgão, em entrevista que o *Ação Comum* publica nesta edição.

"É que, às vezes, para resolver problemas de empregos, para resolver problemas das aspirações de uma comunidade, em suma, para apagar incêndios sociais, não há necessidade de grandes somas de recursos, não são necessários investimentos maciços, nada disso. São recursos pequenos, localizados em certos pontos-chave, que às vezes se consegue num município, fazendo apenas uma pequena ponte".

Para Mário Henrique Simonsen, o potencial do Mobral, tanto em épocas de crise como de prosperidade, é enorme, por sua penetração em todos os municípios. Salientou que a entidade sempre foi capaz de executar o grande número de tarefas que lhe foi imposto com um volume limitado de recursos e custo operacional reduzido, por utilizar infra-estrutura existente para atender a outras finalidades.

"E me parece que deu resultados muito importantes, quer dizer, não apenas na fase inicial de alfabetização, mas nos vários outros programas de

educação integrada, nos programas de assistência comunitária e tudo mais que foi desenvolvido pelo Mobral", comenta o ex-Ministro, apontando a existência de um profundo espírito comunitário e a sua mobilização como as causas para a Fundação Mobral atingir o sucesso em seus programas.

Ao comentar a situação econômica e social do País, Mário Henrique Simonsen mostrou que "nós não temos que aceitar a recessão como fatalidade". Sublinhou que há maneiras inteligentes de minimizar os impactos sociais adversos de uma recessão; "afinal de contas, os economistas foram inventados para gerar prosperidade e não para fabricar recessões". Mas ele mostra que os índices apontam uma melhoria na qualidade de vida brasileira nos últimos 20 anos.

Sobre a questão do planejamento familiar, o ex-dirigente do Mobral disse que não se trata de uma espécie de Estado-Herodes, desejando reduzir a natalidade à força, mas pura e simplesmente de dar a todas as camadas da população, sobretudo àquelas mais carentes, o direito de opção. "As classes média e alta, atualmente, têm pleno acesso aos métodos anticoncepcionais e limitam a família no que querem; não é correto, não é ético, não é possível sonhar este direito às camadas mais pobres da população". (p. 4 e 5)

Associação vai agregar jovens baianos

A primeira associação de trabalhadores-mirins de que se tem notícia na Bahia está localizada na cidade de Senhor do Bonfim, agregando jovens de 9 a 14 anos que desempenham atividades de jornaleiro, engraxate, vendedor, carregador, etc.

Criada pelo Posto do Mobral, a Associação dos Trabalhadores-Mirins possui, atualmente, 40 associados e conta com o apoio do Lions Club local. Tem como objetivos valorizar o trabalho do menor e incentivar o senso de responsabilidade, ao mesmo tempo em que o socializa e orienta.

Cada trabalhador-mirim tem também direito à assistência médico-dentária, educacional e recreativa. Aprende a desenvolver suas aptidões artísticas e é constantemente envolvido em atividades que o desviem da marginalização a que poderia estar sujeito.

Estrutura

A Associação dos Trabalhadores-Mirins de Senhor do Bonfim é assim composta: Presidente — Sérgio Luís Batista Maciel, engraxate; Primeiro Secretário — Alirio Barbosa, *office-boy*; Segundo Secretário — Melquisedeque Cardoso, carregador; Tesoureiro — João Barbosa de Souza, jornaleiro; Diretor Social — Robson Miranda, *office-boy*; Diretor de Esportes — José Carlos Passos da Silva, vendedor.

Como sede provisória, a Associação possui o salão de instruções do Tiro de Guerra, onde os membros se reúnem toda sexta-feira para palestras, jogos, sorteios e discussão dos problemas da classe.

Alimentação: respeito à nossa cultura

"Semana da Alimentação Escolar, de 26 a 30 de março: na alimentação, o respeito à cultura popular" — este foi o slogan utilizado para promover a maior participação da população nos festejos instituídos pelo Decreto nº 45.266, de 19 de janeiro de 1959. Este ano, coube à Fundação de Assistência ao Estudante — FAE — coordenar o programa comemorativo, dando ênfase ao valor nutricional dos alimentos em cada região.

O objetivo foi valorizar o consumo de produtos de fácil cultivo em cada área e repassar a Semana da Alimentação Escolar aos seus legítimos donos — as crianças, que assim deixaram de ser, simplesmente, meros clientes ou o público-alvo da ação dos que lidam com a merenda escolar.

Durante a Semana da Alimentação Escolar, a FAE estimulou a participação ativa das diversas comunidades, mostrando para os estudantes a importância de sua participação na divulgação das comemorações; tanto dentro como fora das escolas.

A relação entre a alimentação escolar e os valores culturais da comunidade, assim como a relação entre a estrutura produtiva local e a alimentação escolar foram temas sugeridos para as atividades escolares, como forma de reafirmar as diretrizes ministeriais que norteiam as ações da atual administração da FAE.

Para a Fundação é importante saber o que os estudantes gostariam de comer na merenda escolar; de que forma eles poderiam contribuir com a merenda; e se sabem de onde vem o alimento que lhes é servido.



Engraxates, jornaleiros e vendedores-mirins criam a sua Associação na Bahia.

PREZADO AMIGO

Milhões de brasileiros que hoje sabem ler, escrever e contar agradecem, neste 25 de abril, aos profissionais que, sem os conhecerem, fizeram a

indicação de 2% do Imposto de Renda Devido pelas empresas, para aplicação nas atividades educativas do Mobral.

Os nossos parabéns e muito obrigado aos Contabilistas no seu dia. O Mobral agradece.

25 de Abril
Dia do Contabilista

A palavra do presidente



Um dos aspectos mais significativos do trabalho do Mobral com a população desfavorecida é a ação articulada com outras entidades públicas e particulares. Esse tipo de trabalho se tem intensificado nos últimos anos e agora, nestes dias de crise, torna-se imperativo. As vantagens e os benefícios são evidentes. Aproveita-se melhor o capital humano empregado. Os espaços de atuação são ocupados e utilizados de modo mais racional. E dessas articulações — nos diferentes níveis, nacional, estadual e, principalmente, municipal — forma-se um verdadeiro sistema de trabalho integrado das diferentes agências de prestação de serviços sociais.

Essa malha de articulações é montada a partir de convênios, protocolos de intenções, termos de compromisso e acordos feitos na base, nas Comissões Municipais, nas Coordenações, no Mobral Central. Trabalhamos com Ministérios, Fundações, Associações, Clubes de Serviço — vários e diversificados tipos de organização. Isto permite uma troca de experiências muito rica. E garante eficiência e eficácia nas ações planejadas e executadas por quase todos os rincões do imenso e desafiador território brasileiro.

A descentralização administrativa e funcional do Mobral ganha, deste modo, uma nova dimensão. Associados a órgãos atuantes nas áreas de saúde, higiene e alimentação, trabalho, arte e cultura, assistência religiosa, desenvolvimento econômico e social, consciência cívica, melhoria urbana, produzimos com economia, rapidez e qualidade ações de curto, médio e longo prazos, de aspectos bem definidos, de benefícios concretos e abrangentes. Há, nesse trabalho cotidiano, ininterrupto e de surpreendentes efeitos multiplicadores, características bem delineadas. Por isto, de uma vintena de convênios, descobrimos seu desdobramento natural: centenas de acordos locais e microrregionais para tarefas, operações e passos conjugados sempre úteis e produtivos. Esse delineamento compreende atuação interdependente e bem coordenada; complementariedade funcional e oportuna; melhoria natural de eficiência e eficácia.

Assim, se evita a duplicidade de atuação das entidades que têm objetivos paralelos ou

análogos nas mesmas latitudes e nos mesmos períodos cronológicos. E tais associações, tais conjugações de esforços, altamente flexíveis, podem abranger até cinco ou seis órgãos simultaneamente, cada qual oferecendo sua contribuição específica, sua razão de ser institucional, o que é de lei e o que, humana e humanisticamente, extrapola a lei, a fim de servir às populações marginalizadas do campo e da cidade.

É claro — e devemos ter disto plena consciência, todos nós do Mobral, agentes de um processo de ascensão socioeconômico e cultural e de estímulo à luta por uma vida menos sacrificada, mais satisfatória, alegre, reconfortadora — que a luta é árdua. E está começando sempre. Começa quando deparamos, a cada instante, com facetas novas e inimaginadas dos graves problemas com os quais trabalhamos e com os quais convive a nossa clientela: resistências pessoais e grupais à alfabetização e às extensões educativas; êxodo rural acarretando evasão escolar inevitável e regressão; desemprego e semi-ocupação levando à descrença dos sujeitos de nossas ações nos valores da sociedade letrada; epidemias causando o desânimo e a falta de fé na mobilidade vertical do homem. Utilizamos, por isto mesmo — nas ações articuladas —, o princípio do interesse manifesto e das necessidades reais sentidas pelas populações. Pois é imprescindível a participação comunitária no levantamento dos problemas mais prementes e na busca das soluções viáveis.

Pouco a pouco, melhor identificados com a realidade que os cerca, os habitantes das pequenas comunidades tomam o destino em suas próprias mãos, abandonam a atitude comodista e negativa de um paternalismo histórico, descobrem as vantagens do associativismo e se estruturam para assumir o seu dia-a-dia, quando a ação estimulante, mas passageira, dos órgãos presentes, de modo articulado, se esgota.

É importante verificar o que representam tais ações. Nesta edição de *Ação Comum*, a diversidade e o alcance das articulações estão bem explicitados. Como Presidente do Mobral, sinto-me orgulhoso por essas frentes múltiplas de trabalho conjunto, cujo volume vem crescendo e deve crescer ainda mais, a partir das iniciativas de cada um dos nossos colaboradores. Orgulhoso de sentir o empenho e o entusiasmo das nossas bases e da compreensão das entidades que estão conosco na batalha de ajudar os nossos irmãos a terem uma visão mais ampla e profunda, mais corajosa e decidida de um mundo complexo que é possível enfrentar, vencer, dominar, com as armas das idéias e o espírito gregário.

Claudio Moreira

Serviço

Municipalização/SP

O Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional vai realizar no mês de maio, em São Paulo, o Seminário "O que municipalizar no ensino do 1º grau?", para debater temas como reforma tributária, currículos, política, reforma, programas e participação da comunidade.

Bolsas/México

O Conselho Nacional de Ciências e Tecnologia do México está oferecendo bolsas a universitários brasileiros que desejem fazer cursos de pós-graduação em instituições mexicanas nas áreas de Geociências, Engenharia, Ciências Agrônomicas, Ciências Básicas, Ciências Sociais e Administrativas. Maiores informações poderão ser obtidas na Embaixada do México, na Avenida das Nações, lote 18, tel. (061) 244-1011, em Brasília.

Posse/RJ

Dois órgãos da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa empossaram seus novos dirigentes: Thais de Almeida Dias assumiu a diretoria do Centro Brasileiro de Rádio Educativo Roquette-Pinto, e Maria Cândida Moraes de Albuquerque Lima é a nova diretora do Centro de Informática.

Prêmio

A partir de 1984, a Fundação Joaquim Nabuco conferirá anualmente o Prêmio Casa Grande e Senzala ao autor ou autores do melhor livro de interpretações da cultura brasileira editado em qualquer país, mas escrito ou traduzido para língua portuguesa. O valor do prêmio este ano será de Cr\$ 1 milhão. Informações na Fundação Joaquim Nabuco, Av. 17 de Agosto, 2.187, Casa Forte, Recife/PE.

Curso/PE

Estão abertas, na Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco, as inscrições para o curso de professores de Formação Especial do 2º Grau. Podem inscrever-se alunos de Agronomia, Veterinária, Zootecnia, Engenharia de Pesca e Florestal, assim como qualquer diplomado nestes cursos.

Livro/RJ

Foi lançado, na Fundação Casa de Rui Barbosa, o livro *Guia dos bens tombados-Bahia*, com pesquisa coordenada pelo Prof. Alcídio Mafra e prefácio da Ministra Esther de Figueiredo Ferraz. A obra é um lançamento da Editora Expressão e Cultura.

Prêmios/INL

Encontram-se abertas até o dia 31

de maio as inscrições para os prêmios distribuídos anualmente pelo Instituto Nacional do Livro — INL. Em 1984, o INL promove três concursos: o Prêmio Literário, que este ano contempla os gêneros conto e poesia, nas categorias de obras inéditas e publicadas; o Prêmio Instituto Nacional do Livro de Literatura Infantil, que será realizado em duas etapas sucessivas — a primeira para o texto inédito e a segunda para as ilustrações do texto vencedor; e o Prêmio de Biblioteconomia e Documentação, destinado a obra inédita. Maiores informações no Instituto Nacional do Livro, SCRN 704/705 — Bl. "C" — Loja 46 — Brasília/DF.

Congresso/RJ

Entre os dias 2 e 6 de julho, será realizado, no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, o I Congresso Brasileiro de Defesa do Meio Ambiente. O tema central do encontro é Integração Povo e Governo na Melhoria da Qualidade de Vida. Entre as instituições patrocinadoras do Congresso estão a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e a Financiadora de Estudos e Projetos.

Engenho/CE

A Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Ceará apresentou à Fundação Nacional Pró-Memória proposta para reconstrução do antigo engenho do Sítio Alagadão Novo, local onde nasceu o escritor José de Alencar. A propriedade, que no passado foi da família Alencar, pertence atualmente à Universidade. A reconstrução fará parte do Projeto Ações de Conservação e Restauração de Bens Culturais, da Pró-Memória.

Funarte/SP

Todos os produtos editados pela Fundação Nacional de Arte — Funarte —, ou seja, discos, livros, partituras, cartazes e cartões-postais, poderão ser adquiridos agora em um só lugar em São Paulo: na loja da Alameda Nothman, 1.068. Também na capital paulista já está funcionando um Centro de Distribuição das Edições Funarte para livrarias e outros postos de venda.

Convênio/CE

A Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, através de convênio com a Universidade de Virgínia, nos Estados Unidos, vai realizar, num bairro de Fortaleza, um estudo com o objetivo de identificar as causas das infecções agudas do sistema respiratório. Os trabalhos de campo serão realizados pelo Departamento de Medicina Preven-

tiva e Social do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal do Ceará.

Convênio/PB

A Coordenação do Mobral da Paraíba e a Sociedade Anônima de Eletrificação do Estado assinaram convênio para o funcionamento de 40 classes de alfabetização de adultos e 30 de Educação Integrada, que serão frequentadas por funcionários da empresa e por seus familiares. As classes funcionarão em quase todas as cidades da Paraíba e beneficiarão também as comunidades locais, com a abertura de vagas não-preenchidas por funcionários das sete municipais da empresa.

Projeto/RJ

O Museu Histórico Nacional estará desenvolvendo, este ano, a segunda fase do Projeto Formar, cujo objetivo é capacitar recursos humanos para a área da cultura. O Projeto deverá beneficiar 225 universitários por mês, num total de 2.700 bolsas-auxílio ao longo do ano e 216 mil horas de estágio. Estarão participando do projeto cerca de 60 instituições culturais de 15 estados.

Professor/RN

Como parte de um projeto desenvolvido com a Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte, o Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional produziu um filme de 16mm, colorido, com duração de 27 minutos, enfocando a situação atual do professor leigo naquele estado. O filme foi rodado no Município de Touros.

Tombamento/BA

O Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional aprovou a ampliação da área tombada no Centro Histórico de Salvador. A extensão visa atender recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura para incluir na relação dos bens considerados Patrimônio Cultural da Humanidade o Centro Histórico de Salvador, a exemplo de Ouro Preto, Olinda e do Território das Missões no Rio Grande do Sul.

Festival de Música

A Coordenação do Mobral em Santa Catarina e a Comissão Pró-Criança irão promover, de 25 a 27 de maio, em Florianópolis, o Festival da Canção para a Infância Catarinense, cujo objetivo é valorizar os autores e compositores locais e desenvolver um processo permanente de criatividade voltado para a infância.

Coluna do leitor

Movimento

"É com verdadeiro prazer que venho comunicar-lhes que não foram em vão os meus esforços, quando pretendi fazer um movimento comunitário, restrito, sem dúvida. Recorri a V. Sas. solicitando-me fosse remetido o jornal *Ação Comum*. Tem sido de grande ajuda. Obrigado. Estou no momento interessado em adquirir um exemplar de Poetas do Mobral — Manuel Martins. A mostra em clichê, vista com lente, deu-me idéia de quanto o Mobral pode fazer. Verdadeira jóia literária. Parabéns a Manuel Martins. Tamanho simplicidade na mais lírica das poesias.

Bola pra frente. No aguardo de suas providências a respeito, firmo-me agradecido".
Luiz Maria da Silva - Belo Horizonte/MG.

N. da R.: Foi enviado um exemplar ao leitor.

Ex-Combatente

"Li com atenção a matéria a respeito dos ex-combatentes e, como um dos muitos brasileiros que estiveram na Itália como membros da FEB ou ficaram no Brasil com a função de defender nossas fronteiras, resolvi escrever-lhes para dizer que ficamos, aqui em Manaus,

bastante satisfeitos com a decisão do Mobral, certos de que ganhamos mais um aliado importante na luta pela valorização humana dos que colocaram suas vidas em risco na defesa da soberania brasileira. Diante disso, peço ao Jornal *Ação Comum* e sua equipe que deem todo apoio necessário ao Projeto de Lei nº 4.034, de 1980, de autoria da deputada federal Lucia Viveiros, o qual transforma os ex-combatentes na condição de pensionistas militares em reformados, tendo seus proventos equivalentes ao de um Segundo-Tenente".
Bernardo Alves da Silva - Manaus/AM.

Jornais recebidos

Interbral - nº 4 - Lagoa da Prata/MG. Feira Livre - nº 62 - Brasília/DF. Interbral - nº 3 - Contagem/MG. Fanal - nº 341 - São Paulo/SP. O Progresso - nºs 3.758 e 3.759 - Dourados/MS. O Regional - nº 6 - Zona da Mata - Muripá de Minas/MG. Correio de Maxambomba - nº 582 - Nova Iguaçu/RJ. Gazeta de Carangola - nºs 2.887 e 2.888 - Carangola/MG. Município de Pitangui - nºs 2 e 5 - Pitangui/MG. Jornal da Cidade - nºs 293 e 294 - Miranda/MS. Culturama - nº 1 - São Luís/MA. O Jorbal - nº 46 - Recreio/MG. Mobra - nºs 7 e 8 - Santo Amaro/BA. Tribuna do Mobral - nºs 14 e 16 - Imbuia/SC. Imprensa Oficial do Município - nºs 477 e 478 - Leme/SP. Folha de Dourados - nº 2.528 - Dourados/MS. Correio da Fronteira - nº 469 - Barra do Garças/MT. Botija Parda - nºs 693 e 694 - Araguaia/MG. A Semana - nºs 2 e 3 - Divinópolis/MG. A Voz do Povo - nº 1.987 - Cornélio Procopio/PR. Matsulfuroso - nº 28 - Montes Cla-

ros/MG. Pucult Badaroense - s/nº - Francisco Badaró/MG. Espelho - nº 8 - Ji-Paraná/RO. O Elo - nº 1 - Santana/BA. O Guia - nº 38 - Lagoa da Prata/MG. Cacauicutor - nº 123 - Ilhéus/BA. Jornal da Copagra - nº 13 - Nova Londrina/PR. Jornal dos Transportes - nº 85 - Brasília/DF. Voz do Município - nºs 20, 21 e 22 - Bananal/SP. Atualidades Mannesmann - Janeiro/BA - Belo Horizonte/MG. Café Noel - nº 74 - São Manuel/SP. O Parcelheiro - nº 235 - Ariquemes/RO. O Magnata - nº 48 - Juiz de Fora/MG. Informations Universitaires et Professionnelles Internationales - jul./ago./set./out. 83 - Paris/França. AEC do Brasil - dez. 83 - Brasília/DF. Tinguá - nº 30 - Nova Iguaçu/RJ. Dois Pontos - nº 38 - Natal/RN. Fatos em foco - nº 11 - Porto Alegre/RS. Tabu - nºs 316 e 317 - Canavieiras/BA. Rondônia Notícia - nº 12 - Porto Velho/RO. O Trabalhador Gráfico - nº 335 - São Paulo/SP. Jornal Manacá - nº 126 - Valença/BA.

Horizonte Cultural - nº 17 - Ouro Preto do Oeste/RO. Jorbal - nº 3 - Jaru/RO. O Popular - nº 1 - Ariquemes/RO. Andante - s/nº - Santa Rita/PB. O Alerta - nº 1 - São Mamede/PB. Guarani - nºs 15 e 16 - Piripituba/PB. Comunitário - nºs 1 e 6 - Massaranduba/PB. Jornal Informativo Cultural Nathanael Alves - nºs 27 e 28 - Arara/PA. 06 de Setembro - nºs 43, 47 e 48 - Belém/PB. Informativo Cultural "Perilo de Oliveira" - nº 2 - Dentro/PB. O Pioneiro - nºs 2, 3 e 4 - Sapé/PB. O Manairense - nºs 45 e 46 - Manafra/PB. CST Jornal - nº 46 - Vitória/ES. Informativo Empresarial - nº 41 - Aracaju/SE. Assessoria Turismo - nº 3 - Rio de Janeiro/RJ. Folha de Itaboraí - nºs 1.310 a 1.315 - Itaboraí/RJ. Informe Técnico - nºs 39, 40 e 41 - Viçosa/MG. Revista ABG - nº 1 - Rio de Janeiro/RJ. Informativo Weril - nº 34 - São Paulo/SP. Sul do Estado - nº 1.246 - Volta Redonda/RJ. Entre Nós - nº 4 - Três Pontas/MG.

ACÇÃO COMUM

Editado pelo Departamento de Comunicação, da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral - Rua da Alfândega, 214 - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20070.

Presidente: Claudio Moreira

Jornalista Responsável: Everardo Wilson de Lima Pinho - registro profissional nº 11.494 (RJ)

Produção Editorial: Departamento de Comunicação da Fundação Mobral.

O jornal *Ação Comum* está sendo impresso pela Editora Abril S.A. e distribuído pela firma Distribuidora Fernando Chinaglia S.A. No caso de qualquer irregularidade no recebimento, solicitamos comunicar à redação. Rua da Alfândega, 214 - Centro - CEP 20070 - RJ.

Mobral abre 40 turmas na obra da Camargo Corrêa em Tucuruí

O que vai pelas Coordenações

MG — A fim de tratar das ações a serem desenvolvidas em conjunto com o Governo de Minas Gerais, na área cultural, o Presidente da Fundação Mobral, Claudio Moreira, encontrou-se com o Secretário de Cultura mineiro, José Aparecido de Oliveira, em Belo Horizonte. A reunião serviu para determinar o desenvolvimento do convênio assinado a 2 de fevereiro, visando promover a implantação de infra-estrutura em nível de municípios e regiões, que permita despertar nas comunidades a valorização de sua cultura. A Secretaria de Cultura de Minas Gerais, por reconhecer a importância da rede física e do trabalho comunitário do Mobral, tem sido uma das que mais procuram trabalhar com a Fundação. O Secretário José Aparecido já visitou o Mobral Central em outubro do ano passado e também foi conhecer de perto os trabalhos das Coordenações Minas/Norte e Minas/Sul, em novembro. As Coordenadoras Nilda Caporali Cordeiro, da área Norte, e Maria Helena Zandonadi, da área Sul, também estiveram presentes à reunião, acompanhando o Presidente Claudio Moreira.

AM — O Conselho do Mobral no Amazonas, criado em outubro do ano passado, realizou sua primeira reunião no dia 24 de fevereiro, no Palácio Rio Negro, em Manaus, com a presença do Vice-Governador do Estado e Presidente do Conselho do Mobral, Manoel Henriques Ribeiro. Durante a reunião, a Coordenadora do Amazonas e Secretária-Executiva do Conselho, Elisa Tinoco, fez uma exposição dos pontos principais do regimento interno e apresentou aos participantes o Plano Estadual de Educação de Adultos e a síntese da Estratégia da Coordenação para o ano de 1994. Estiveram também presentes à reunião diversas personalidades representativas dos segmentos políticos, sociais, educacionais, etc.

RJ/SUL — Eduardo de Azere do Costa, Secretário de Saúde e Higiene do Estado do Rio de Janeiro, através de ofício enviado ao Mobral, agradeceu ao Presidente Claudio Moreira a participação e valiosa colaboração da Coordenação do Rio de Janeiro/Sul, não só nas campanhas de vacinação contra a poliomielite e contra a raiva animal, mas também na intensificação das vacinações anti-sarampo e tríplice, desenvolvidas no estado. No mesmo documento, o Secretário solicita a participação da Instituição de forma permanente junto ao Grupo Interinstitucional de Apoio ao Controle das Doenças Transmissíveis. Assim, Lucy Victorino Mello foi designada pela Coordenadora Regina Mizell Faria para representá-la junto à Secretaria de Saúde e Higiene. Já foram realizadas três reuniões, sendo a última delas para determinar a programação das campanhas em 1994.

MT — A Coordenação do Mobral em Mato Grosso implantou, juntamente com a Fundação Projeto Rondon, um plano que prevê ações diversificadas nas áreas de saúde, educação e produção junto à clientela dos programas de Educação Supletiva e Pré-Escolar dos municípios de Cuiabá, Dom Aquino, Jaciara e Juscimeira. O programa será desenvolvido com recursos da ordem de Cr\$ 9 milhões, e sua execução contará com a participação de universitários do Projeto Rondon, que serão treinados para o acompanhamento das atividades que os monitores do Mobral desempenham nas salas de aula. A previsão do Mobral é de, em

princípio, atingir 53 classes de alfabetização e 15 Núcleos de Educação Pré-Escolar distribuídos entre os quatro municípios, desenvolvendo ações de caráter socioeducativas junto a 40 famílias de alfabetizandos, também da capital.

SC — O Mobral de Santa Catarina está programando novos cursos. São mais de 100 cursos nas áreas de manicura, bordado, tricô, pintura em tecido, corte e costura e outros, integrando o Programa de Especialização para o Trabalho. Segundo a Coordenadora, Rosa Cavicholi, o Mobral este ano volta-se novamente para a alfabetização funcional. Já foram autorizadas contratações de monitores para dirigirem as aulas.

RR — A Coordenação de Roraima realizou o primeiro Treinamento Básico com vistas ao Programa de Alfabetização Funcional de 1984, visando atingir 1.300 alunos em todo o território. O treinamento foi realizado em 5 pólos diferentes: Boa Vista, Mucajaí, São Luís do Anauá, São João do Baliza e Maloca da Raposa, reunindo todas as comunidades, inclusive indígenas, de Normandia.

CE — Cursos de corte e costura, bordado à máquina, arte culinária e confecção de bonecos foram realizados no Município de Aquiraz pela Coordenação do Mobral do Ceará. Os cursos integram o Programa de Educação para o Trabalho, que procura dar melhores condições àqueles que ainda não têm uma profissão definida. Além desses cursos, o município contará este ano com os cursos do Programa de Alfabetização Funcional. Cada classe terá em média 20 alunos, que durante 12 meses receberão aulas no período vespertino e noturno.

RO — Além da realização de uma reciclagem do Programa de Pré-Escolar, na Coordenação de Rondônia, o Mobral participou do I Seminário do Processo de Formação Histórico-Cultural de Rondônia, comemorando o 4º Aniversário de Criação do Estado de Rondônia, antigo Território Federal do Guaporé.

PE — A Coordenadora do Mobral de Pernambuco, Zulmira Maria de Carvalho, a Coordenadora Adjunta, Rosalina Telma Rodrigues Danda, e seus assessores integraram a comitiva do Governo do Estado no lançamento do Projeto Massapé, no Município de São Bento do Una, onde foi inaugurado o Grupo Escolar Agamenon Magalhães. O Massapé prevê a construção de obras a baixo custo, alinhando-se aos demais projetos do Governo Roberto Magalhães, cuja linha de ação tem-se caracterizado pela construção de Pequenas Grandes Obras. Representando o MEC, esteve presente à solenidade Maria Creuza Aragão, Delegada do MEC em Pernambuco.

AC — Foi lançada, pela Coordenação do Mobral do Acre, a Semana de Estudos para técnicos da Coordenação, visando ampliar os conhecimentos técnico-pedagógicos da sua equipe, assim como estudar mais profundamente a realidade acreana. A Assistente Técnica Agda de Alencar Pereira coordenou os trabalhos. Além disso, a equipe da Coordenação do Acre teve um treinamento do Projeto de Educação Integrada, com a assistência técnica de Helena Alves, do Mobral Central.

Ainda no Acre, Maria Raimunda da Cunha Rocha, Coordenadora do Mobral do Acre, contactou Francisco Xavier, da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, visando um con-

vênio com aquela entidade, cujo objetivo é o lançamento de um Programa de Alfabetização Funcional para 40 garfs e suas esposas.

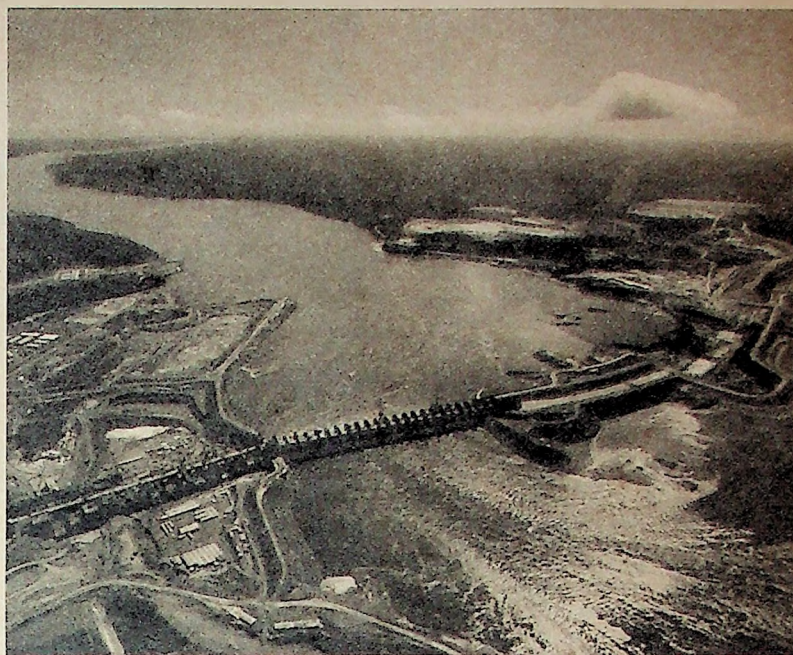
PB — Obteve expressivo êxito a I Semana Universitária de Monteiro. O evento contou com o apoio da Prefeitura Municipal, do Mobral, do Curso 2001, do Clube Municipal, da Casa de Shows, do Colégio das Lourdinhas, das lideranças políticas, do comércio e da indústria, assim como das Prefeituras de São Sebastião de Umbuzeiro e de São João do Tigre. Na ocasião, foi prestada homenagem ao poeta monteiroense Severino Pinto com a presença de 10 violeiros dos mais destacados do Nordeste.

Por outro lado, os técnicos da Coordenação da Paraíba visitaram todos os núcleos da Fundação do Bem-Estar do Menor Abandonado, com o objetivo de escolher os monitores para as 48 classes instaladas em 21 municípios paraibanos. De acordo com as informações de Renato Vieira de Souza, Coordenador do Mobral da Paraíba, este plano pretende atender uma média de 1.500 crianças de 4 a 6 anos de idade.

Mais uma notícia oportuna, desta feita do Município de Ibiara: a Prefeita Maria Ivonete Vieira Rodrigues assinou convênios com a Secretaria de Educação e o Mobral, visando a manutenção de diversos programas de ensino no referido município.

Finalmente, o Coordenador do Mobral na Paraíba, Renato Vieira de Souza, contactou em Campina Grande a Secretária da Educação e Cultura do Município, Margarida Mota Rocha, objetivando a discussão de novas metas a serem desenvolvidas pela entidade naquela cidade e a implantação do Programa de Educação para o Trabalho. O Programa beneficiará a comunidade com cursos profissionalizantes, tais como: datilografia, pintura, primeiros socorros, cabeleireiro, tapeçaria, bordado à mão e à máquina, etc. A Comissão Municipal entregou certificados a 46 concluintes do Projeto de Integração e Continuidade I, em solenidade realizada no auditório da Associação Comercial de Campina Grande, contando com a presença de alunos e professores da instituição, da Secretária Margarida Mota Rocha e do Supervisor de Área, Pedro Vieira. Ao assumir o cargo, Pedro Vieira afirmou que as atividades a serem desenvolvidas este ano, neste município, encontram-se em fase de estudos, para posterior execução.

PI — Com o objetivo de atender à população beneficiada pelo projeto de redistribuição de terras, desenvolvido pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, através do Polonordeste — Projeto Vale do Parnaíba — e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural — Emater —, a Coordenação do Mobral do Piauí assinou acordo com as referidas entidades, para o desenvolvimento do Programa de Educação Supletiva e do Programa de Educação Pré-Escolar, abrangendo 12 municípios e 39 localidades rurais. Serão implantadas 41 classes do Programa de Alfabetização Funcional, 7 classes do Programa de Educação Integrada, 44 cursos do Programa de Educação Comunitária para o Trabalho e 9 grupos de Pré-Escolar, com recursos do Mobral. A Emater se propõe, juntamente com a Fundação, a desenvolver um trabalho educativo na área de Educação Sanitária e Alimentar, no qual está prevista a construção de 500 fossas, distribuição de mil filtros e implantação de 195 hortas.



Coordenação do Pará trabalha para instalar 40 classes nos canteiros da Usina de Tucuruí.

O Mobral, através de sua Coordenação do Pará, dentro do convênio estabelecido com a empresa Camargo Corrêa, tem a previsão de instalar, durante todo este ano, 40 classes para atender à população escolar do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, sendo 20 para o Programa de Alfabetização Funcional — PAF — e 20 para o Programa de Educação Integrada — PEI.

Uma proposta da Coordenação na área é no sentido de efetivar, também durante o ano de 1984, um Projeto de Avaliação dos trabalhos realizados em conjunto com a Divisão de Educação e Cultura da empresa, desde 1979, quando foi firmado o convênio inicial. Esta providência permitirá visualizar, qualitativa e quantitativamente, os resultados apresentados em Tucuruí até o momento.

Receptividade

Como prova da grande receptividade e importância da proposta de ensino do Mobral junto à clientela sem escolarização, no ano passado, o total de inscritos nos cursos chegou a 1.792 alunos, sendo 1.008 no PAF e 784 no PEI. De acordo com a Coordenação paraense, a organização, seriedade e valorização do trabalho dentro da empresa têm dado respostas positivas pelos resultados observados.

No final de 1983, o total de alunos que frequentavam as turmas regularmente foi de 1.103; dos 599 que foram até o final do PAF, 344 estavam alfabetizados, e dos 504 alunos do PEI, 240 mostraram-se aptos a prosseguirem regularmente nos estudos da quinta à oitava série. Desta forma, o aproveitamento foi de 57,4% no PAF e 47,6% no PEI.

Demonstrando o bom relacionamento entre a Camargo Corrêa e o Mobral, bimestralmente a empresa remete à Coordenação desta Instituição, a fim de facilitar o acompanhamento, um relatório de atividades realizadas. Sua análise mostra que, em nenhum momento, apesar das dificuldades enfrentadas, a escola deixou de adotar o método utilizado pela Fundação, na alfabetização de adultos.

Características

Isto tem um valor significativo, pe-

las características em que os programas são operacionalizados, em ambiente de recrutamento permanente de pessoal, que obriga a realização de testes de sondagem para o novo aluno, visando verificar o nível de seu conhecimento; muitas vezes, após a realização dos testes, constata-se a necessidade de o aluno passar pela chamada Sala de Triagem e Reforço, para poder acompanhar os cursos.

Há ainda o remanejamento periódico dos alunos pelos vários horários de aula, devido ao rodízio de turnos de trabalho, férias, licenças médicas e outros motivos. Na clientela do Mobral, além dos operários da obra, estão os seus familiares, empregadas domésticas e a população de Tucuruí.

A predominância é de pessoas vindas da Região Nordeste, e os trabalhadores possuem alguma qualificação profissional, proporcionada por treinamentos oferecidos pela própria empresa, mas estão na faixa de baixos rendimentos. Do total, 59,3% estão entre 14 e 24 anos; 28,6% entre os 25 e 33 anos e 12,1% já ultrapassaram os 33 anos.

Mais afetividade

Desde 1979, com o desenvolvimento do Programa de Alfabetização Funcional e do Programa de Educação Integrada foram constatadas dificuldades de assimilação dos alunos do PEI, que haviam passado pelas classes do PAF. Para sanar os problemas, a carga horária diária foi aumentada de duas para três horas e meia, e a duração do curso passou de cinco para 10 meses.

Inicialmente, os cinco primeiros meses eram dedicados a trabalhar todo o conteúdo do PAF e os restantes serviam para a revisão, aprofundamento e enriquecimento dos temas dados. Atualmente, devido ao melhor conhecimento das necessidades e peculiaridades locais, isto já é feito paralelamente.

O maior prazo estabelece uma relação socioafetiva entre o professor e o aluno que, na sua maioria, vivem afastados da família. Foi constatado que isto serve para estimular a continuidade do processo educativo, o que possibilita ainda o aperfeiçoamento profissional dos que estudam e acaba por beneficiar a empresa.

Indique em sua Declaração de Renda 2% do Imposto Devido para a Fundação Mobral

A indicação de 2% do Imposto de Renda Devido por sua empresa apóia o Mobral e o brasileiro.

O potencial é bem grande...



“ Eu diria que nós não temos que aceitar a recessão como fatalidade ”

AC — O setor social, aparentemente, está enfrentando uma situação de crise que se agrava com o prolongamento da recessão econômica. No seu entender, não havendo crescimento do produto real, faltam dividendos para o setor social?

SIMONSEN — Bom, eu não diria que ficasse sem dividendos, apenas os dividendos tornam-se mais difíceis. Evidentemente, é muito mais fácil você resolver os problemas sociais numa economia onde o bolo cresce, onde há investimentos que criam empregos, onde há aumento de produto que pode ser distribuído para atender a diferentes necessidades da população, do que numa economia estagnada. Realmente, a estagnação e a recessão são flagelos sociais muito graves. Mesmo assim, em épocas de recessão, há soluções imaginativas para amenizar os sofrimentos da sociedade. Os países avançados têm o seguro-desemprego, que é um grande amortecedor dos efeitos nocivos de uma recessão; nós não temos no nosso orçamento, ainda, a capacidade para chegar ao seguro-desemprego, mas temos algumas alternativas, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e podemos também criar soluções engenhosas no sentido de gerar maiores empregos, como por exemplo: incentivos ao artesanato, incentivos às várias formas de produção fora das empresas. São maneiras inteligentes de minimizar os impactos sociais adversos de uma recessão. No entanto, eu diria que nós não temos que aceitar a recessão como fatalidade. Toda recessão, em última análise, é apenas um ajuste temporário — sendo temporário pode ser suportado —, mas toda recessão mais prolongada, na realidade, reflete uma ausência de diretrizes econômicas adequadas para um país. Afinal de contas, os economistas foram inventados para gerar prosperidade e não para fabricar recessões.



“ Há 20 anos atrás, ninguém se queixava da falta de televisão a cores, porque ela não existia ”

AC — Em termos de qualidade de vida, como o Sr. vê a evolução da situação nos últimos 20 anos e, em particular, nos últimos cinco anos? Houve melhora ou houve piora?

SIMONSEN — Vamos falar primeiro dos últimos 20 anos. Acho que são muito claros os indicadores de melhoria da qualidade de vida da população brasileira. É claro que todos nós sempre estamos descontentes, por um certo efeito de demonstração. Por exemplo: há 20 anos atrás, ninguém se queixava da falta de televisão a cores, porque ela não existia. Hoje, todos nós achamos que não temos o suficiente número de televisores a cores. Portanto, há um fenômeno de aspirações crescentes, sempre desafiando o problema da qualidade de vida. Mas a verdade é que, ao se analisarem todos os indicadores objetivos do quadro brasileiro — esperança de vida, índice de escolaridade e de alfabetização, renda per capita, salários médios na indústria de transformação e em todos aqueles setores para os quais há dados estatísticos, em termos reais, bem entendido,



Foto: Alvaro Renaldi

O Economista Mário Henrique Simonsen, primeiro

Presidente do Mobral, em entrevista ao Ação Comum,

questiona o quadro brasileiro sob o ponto de vista

do desemprego, da recessão, do congestionamento

das metrópoles, além de comentar o crescimento

demográfico e observar a necessidade de o município

ser dotado de mais recursos para educação.

e vários outros indicadores —, verifica-se realmente que a qualidade de vida brasileira melhorou ao longo dos últimos 20 anos. É claro que isto não exclui a existência de grandes bolsões de insatisfação, sobretudo nas grandes metrópoles.

Se analisarmos o Brasil nos 10 últimos anos, constata-se que houve uma preocupação também importante de descentralizar o crescimento industrial, fazer com que ele se localizasse menos em torno do eixo Rio-São Paulo e se diversificasse por outros pólos em todo País. Mas eu diria, de um modo geral, que ao longo dos últimos 20 anos, são claros os indicadores de melhoria da qualidade de vida no Brasil. Inclusive, é preciso não esquecer que, nestes últimos 20 anos, a nossa população se expandiu consideravelmente e que, mesmo assim, o crescimento do produto e dos investimentos na área econômica e social foi suficiente para promover esta melhora. Isto não quer dizer que ainda não haja extremas iniquidades na distribuição de renda, nem que ainda não haja focos de pobreza absoluta no Brasil. Isso existe. Vamos tomar como exemplo o caso do Nordeste, como um estado típico: a Bahia. Há 20 anos atrás, o estado era tipicamente subdesenvolvido, em todos os sentidos da palavra. Hoje, se o analisarmos, ainda constataremos subdesenvolvimento ali, sobretudo na margem esquerda do Rio São Francisco, mas digamos que a situação é bem menos dramática. Houve muito progresso, houve muita criação de empregos, muita criação de bem-estar, comparativamente àquilo que ocorria há 20 anos.

A segunda parte da sua pergunta se refere a um assunto mais delicado, que diz respeito aos últimos cinco anos, que abrangem o período de 1979 até agora. Houve crescimento até 1980. Com a recessão de 1981, a de 1982 e, certamente, a de 1983, o Brasil experimentou um declínio da renda per capita de 12% a 15%, conforme as estimativas que se adotem, nos anos seguintes. É claro que este empobrecimento

médio da população brasileira trouxe como consequência natural uma pior qualidade de vida, tanto em termos de poder aquisitivo dos salários, quanto em termos de taxas de emprego.

“ A idéia de que uma população crescente nos ajudaria a ser uma superpotência — idéia que andou em circulação no início da década de 70 — é positivamente uma refinada tolice ”



AC — E a questão do crescimento demográfico? Na sua opinião, ele ainda é um tema para debate ou já é uma preocupação forte a desafiar a inteligência dos governantes?

SIMONSEN — Creio que é o tipo do tema sobre o qual, racionalmente, não haveria o que debater, porque a solução parece inteiramente óbvia. Em primeiro lugar, do ponto de vista econômico, a idéia de que uma população crescente nos ajudaria a ser uma superpotência — idéia que andou em circulação no início da década de 70 — é positivamente uma refinada tolice. Afinal de contas, é preciso saber o que nós desejamos ser. Queremos ser uma Índia, uma China, ou preferimos ser um país como a Alemanha Ocidental? Positivamente, não é com o crescimento demográfico que vai se criar riquezas. Aliás, quando eu via aquelas pessoas dizerem “precisamos de uma população crescente para ocupar a Amazônia”, me dava vontade de mandar soltá-las todas de pára-quadras em cima da Amazônia, para ver como elas sobreviveriam lá na mata. Então, não é por aí que se ataca o problema, porque evidentemente o Brasil não está numa situação como a da China, em que o Estado proíba o casal de ter mais de um filho — nossa situação não chega também a esse ponto de miséria. O verdadeiro problema é outro, é o de

dar opção à família para dimensionar o seu tamanho. O princípio da paternidade responsável é o princípio segundo o qual cada família deva ser capaz de escolher a dimensão que quiser, quantos filhos desejar.

Na realidade, quando nós vemos quais são os problemas que surgem daquilo que se poderia chamar de paternidade irresponsável, que existe tanto no interior, sobretudo no interior do Nordeste, nos defrontamos com quadros de miséria realmente pungentes, por todo este país. Temos famílias onde a mulher com seis filhos é abandonada pelo marido, que vai procurar emprego em outro lugar mais promissor e depois esquece a própria família; uma pressão brutal sobre o sistema de infra-estrutura social, habitação, ensino, etc. Vamos que os estados e municípios, em geral, não são capazes de atender às necessidades desta população carente, a não ser numa parcela extremamente limitada. Então os problemas mais graves do Brasil, da má distribuição de renda, do menor abandonado e, parcialmente, da criminalidade, todos eles emergem, em grande parte, da falta de planejamento familiar adequado, um planejamento familiar que não seria jamais imposto pelo Estado, mas exercido voluntariamente pela própria família. Parece-me que a questão deve se situar, hoje, acima de qualquer debate e se colocar, pura e simplesmente, dentro de um princípio de equiparação de direitos; as classes média e alta atualmente têm pleno acesso aos métodos anticoncepcionais e limitam a família no que querem; não é correto, não é ético, não é possível sonegar este direito às camadas mais pobres da população. Seria pura e simplesmente esta a minha postulação. Acho que não estamos no caso do desespero dos chineses, ou mesmo indianos, de ter que ou limitar à força o tamanho da família ou dar um radinho de pilha para que os homens pratiquem vasectomia, mas não estamos também naquele caso do ufanismo que se imaginava no início, na década de 70, que pretendia desenvolver o Brasil, transformando-o numa espécie de grande Índia.

“ Em matéria de sociedade, nós temos que fazer opções entre quantidade e qualidade ”



AC — O Sr. citou o problema das zonas rurais do Nordeste, que são locais onde a taxa de natalidade é maior. É importante registrar que, no caso, as pessoas que moram nessas zonas não têm informação zero, elas têm uma informação no sentido contrário, a de que não ter o filho é pecado mortal e, muitas vezes, têm 10, 12 filhos, e, quando morre um, elas até agradecem a Deus pelo fato de o ter levado.

SIMONSEN — Isto é um aspecto que é mais ou menos inevitável. Quer dizer, em matéria de sociedade nós temos que fazer opções entre quantidade e qualidade. Os recursos são limitados, não adianta querer aumentar o tamanho do banquete para que sirva a todos, porque o banquete não se expande miraculosamente desta maneira. Consequentemente, a sociedade tem que optar entre quantidade e qualidade. Claro que a opção tem que ser deixada a cada família, mas é preciso que esta receba, digamos, o espectro de informações que uma família urbana recebe. Este é que é o problema central. É claro que é preciso respeitar os aspectos religiosos. Evidentemente, se uma família quiser continuar a ter 12 filhos, ela deve ter o direito de continuar a ter 12 filhos, mas é preciso que ela tenha os 12 filhos porque queira e não porque não conhece métodos que limitam o tamanho da família em algo menor do que os 12 filhos.

... a questão é saber usá-lo.

AC — Em 1970, o Sr. assumiu a Presidência do Mobral. Era a sua primeira incumbência, vamos dizer, oficial, na área social. O que o levou a aceitar isso? O Sr. aprendeu muito ou alguma coisa durante o exercício daquela função?

SIMONSEN — Bom, em primeiro lugar, eu aceitei porque era um desafio interessante. Como criar um programa de alfabetização, que inicialmente era só de adultos, em grande escala? A verdade é que naquela época havia uma série de programas de alfabetização de adultos muito premiados pelo mundo; no Irã, a chamada alfabetização funcional, que era praticada nas fábricas, extremamente elitista, porque no fundo os grandes programas que eram premiados pela Unesco alfabetizavam o quê? Cinco mil, 10 mil, 20 mil pessoas quando muito. E realmente o que me pareceu interessante, como desafio naquela época, foi criar um programa com uma concepção inteiramente diversa. Alfabetização não pode ser, afinal de contas, um processo elitista. Teria de ser um processo para a massa. Então, teria de ser um processo capaz de, em primeiro lugar, ter um efeito multiplicador que contaminasse, que contagiasse, por assim dizer, todas as comunidades, as municipalidades, no sentido de adesão a esse programa; segundo, ser capaz de execução com um volume limitado de recursos. O Mobral sempre foi uma Fundação razoavelmente pobre, pelo menos para o tamanho da tarefa que lhe era imposta. Então, digamos, a razão pela qual aceitei o desafio é que me parecia interessante criar alguma coisa que o mundo não conhecia, que era como fazer um programa de alfabetização de adultos realmente em grande escala e não apenas naquela escala elitista, muito elogiada na época pela Unesco, da alfabetização funcional, obviamente de estúpida qualidade, mas que só beneficiava, a custos muito elevados, um segmento muito estreito da população.

Eu creio que o Mobral me ensinou muito. Ele me ensinou, em primeiro lugar, que, com motivação, o espírito comunitário brasileiro dá respostas quase que ilimitadas, quer dizer, o que se pode retirar da comunidade brasileira em termos de esforço, em termos de trabalho, em termos de doações financeiras, diante de uma motivação realmente positiva, é muito mais do que se pensa. Diz-se freqüentemente que o espírito comunitário é um privilégio dos países anglo-saxões; não existe nos países latinos. Diria que a experiência do Mobral atesta exatamente o contrário: existe um profundo espírito comunitário no Brasil. O problema é mobilizá-lo. O Mobral era uma Fundação governamental e, em geral, o governo não sabe mobilizar o espírito comunitário, apenas sabe arrancar impostos à força; mas o Mobral provou que o contrário é possível ser feito. Também o Mobral sempre foi uma operação razoavelmente barata. Os custos de alfabetização do Mobral eram extremamente inferiores a quaisquer outros custos registrados em qualquer parte do mundo. Qual era a razão? Muito simples: o Mobral, por assim dizer, só incorria em custos marginais; ele utilizava uma infra-estrutura de salas de aula que já existia durante o dia para ensinar crianças e que de noite podia ser usada para alfabetizar adultos — salas de aula, ou igrejas, ou salas de clubes, etc. As professoras que lecionavam no Mobral recebiam apenas uma complementação salarial, em relação aquilo que era o seu salário básico como professora primária. Evidentemente, numa operação de grande massa, há sempre algum sacrifício da qualidade pela quantidade. Se me perguntarem se a qualidade do ensino do Mobral é comparável à qualidade daquelas experiências de alfabetização funcional que foram praticadas em outros países com um grupo muito restrito de pessoas, responderei: evidentemente que não. Se eu gasto mil dólares num aluno, eu terei certamente muito mais resultado do que se eu

gasto apenas 20 dólares por aluno. Mas a verdade é que e era um programa e foi um programa de dimensões viáveis para todo o Brasil. E me parece que deu resultados muito importantes, quer dizer, não apenas na fase inicial de alfabetização — é claro que a alfabetização era apenas uma etapa do Mobral —, mas nos vários outros programas de educação integrada, nos programas de assistência comunitária e tudo mais que foi desenvolvido pelo Mobral.

Obviamente, os resultados censitários de 80 criaram uma certa frustração com o Mobral. Muitas pessoas dizem: "Depois de tantos esforços, a taxa de analfabetismo adulto caiu apenas de 33% para 26%. Bom, o que eu diria é o seguinte: estes dados seriam extremamente valiosos, se os critérios censitários e do Programa Nacional de Amostragem Domiciliar — PNAD — fossem realmente uniformes. Na realidade, sabemos que o censo e os PNAD usaram critérios diferentes para auferir a alfabetização. Os critérios de 80 certamente foram bem mais rigorosos do que os critérios de 70. Os PNAD ora eram mais rigorosos, ora eram menos rigorosos, de modo que se alguém for acompanhar, pura e simplesmente, os censos e os PNAD, vai chegar à conclusão de que a taxa de analfabetismo adulto, entre 70 e 80, sofreu incalculáveis oscilações, absolutamente inexplicáveis. A explicação óbvia é que os critérios de aferição mudaram. E creio que há um razoável consenso de que houve realmente uma tarefa importante do Mobral.



“ O potencial do Mobral para solucionar crises sociais é imenso ”

AC — O Mobral evoluiu muito, de um simples programa de alfabetização de massa para os dias de hoje, quando ele tem uma série de outros programas, inclusive programas não ligados especificamente à sala de aula. Neste momento de crise, o Sr. acredita que o Mobral possa ser usado efetivamente como um fator de amortecimento?

SIMONSEN — Sem dúvida nenhuma. Eu acho que, em primeiro lugar, o Mobral pode, nos dias de hoje, funcionar como uma formidável agência de empregos, por exemplo. Ele é capaz, entre outras coisas, de levar oportunidades aos desempregados. Em segundo lugar, ele pode ser uma estúpida fonte de coleta de aspirações da comunidade e eu acho isto uma das coisas mais importantes que existem. E o Mobral pode, talvez melhor do que qualquer outro organismo no Brasil, hoje, canalizar, centralizar a informação dessas aspirações regionais e municipais, fora todo trabalho comunitário que o envolve — um trabalho de assistência muito bom, um trabalho que ajuda a assistência social em épocas de dificuldades. O potencial do Mobral para ser usado, tanto em épocas de prosperidade como em épocas de crise, mas nas épocas de crise de uma maneira ainda mais emergencial e mais importante, é enorme. Esse potencial deriva exatamente da rede do Mobral, uma rede que penetra por todo o País, uma rede que atinge todos os municípios, uma rede na qual há um acesso à informação detalhada da comunidade, que não existe em nenhum outro organismo do Governo Federal, provavelmente. Eu hoje não sei exatamente como estão as coisas. Eu me lembro que em 1973, 74 — desliguei-me do Mobral em março de 1974, quando fui para o Ministério da Fazenda — a única instituição brasileira que realmente tinha uma penetração em todos os municípios era o Mobral — a única instituição

governamental; os Correios e Telégrafos naquele tempo atingiam apenas a metade dos municípios; as agências do Banco do Brasil atingiam aproximadamente mil municípios, hoje talvez mil e poucos municípios. Portanto, dada esta penetração do Mobral, ele serve como uma enorme fonte de informação para o governo e, dada esta estrutura comunitária — uma espécie de mutirão da educação, da alfabetização, de tudo mais —, o potencial do Mobral para solucionar crises sociais é imenso.



“ O Mobral podia agir, em relação ao sistema educacional, até como uma espécie de FMI, uma espécie de programa de ajustamento ”

AC — De qualquer maneira, a missão de alfabetização vai continuar, na medida em que continuam a sair sempre contingentes muito grandes de pessoas do ensino regular completando 15 anos analfabetas. É irônico isso, porque, desde a primeira Constituição do Império, a educação é obrigatória para todas as crianças; era de 7 aos 11 anos e agora é de 7 aos 14; e, apesar disso, nós não temos tido nenhuma melhoria significativa, nos últimos 10 anos, em termos de índices de escolarização. Até que ponto essas leis são irreais, para o nosso país e, na medida em que se perpetuam essas leis suíças, o País vai ter uma fonte permanentemente jorrando?

SIMONSEN — A prova de que as leis são irreais e de que a disposição constitucional é quase que letra morta é a evidência que você está dando de que todo ano chegam aos 15 anos de idade uns 600 mil analfabetos. Então, eu diria que é preciso ter realismo, isto sim, nas disposições legais e constitucionais. Não adianta nada exigir que um município dê oito anos de escolaridade gratuita a toda essa população, se o município não tem recursos para isso. Eu diria que a maneira de programar o problema é clara: em primeiro lugar, nós devemos dotar os municípios dos recursos necessários para que eles possam dar o máximo de educação fundamental. Mas temos que ser realistas e verificar que alguns estados e municípios não terão como cumprir esta exigência dos oito anos. Então é melhor que se dê um curso de alfabetização e um curso básico de aritmética e algumas noções, alguns conhecimentos gerais, do que não se dê nada. Uma das objeções clássicas ao Mobral entrar na faixa infantil era aquela de que, se o Mobral começar a entrar nessa faixa, os governos estaduais e municipais vão começar a fazer "corpo mole" e se desinteressar da alfabetização de crianças e do ensino realmente regular ao qual eles são obrigados pela Constituição. Eu diria que este é um argumento ponderável, mas precisa ser qualificado em um aspecto: é que se o Mobral não entrar na faixa infanto-juvenil e, ao mesmo tempo, o município não tiver recursos para prover a educação básica prevista nas disposições constitucionais, o que vamos ter é pura e simplesmente este nascimento de analfabetos adultos que temos todo ano, repetindo o problema. O razoável seria acoplar o Mobral, na faixa infanto-juvenil, a um trabalho, a uma programação municipal de expansão da sua rede. Quer dizer, o Mobral podia agir, em relação ao sistema educacional, até como uma espécie de FMI, uma espécie de programa de ajustamento à possibilidade de uma ajuda temporária ao programa de alfabetização e ao programa de ensino primário desde que o município fizesse, ao mesmo tempo, um esforço próprio para, num certo prazo de tempo, cinco anos, 10 anos, conforme o caso, se ajustar às disposições constitucionais. É claro que é

muito mais inteligente alfabetizar uma criança do que alfabetizar um adulto. Então, o ideal seria que não houvesse necessidade do Mobral; a Suíça não precisa do Mobral. Mas temos que reconhecer a realidade e, uma vez que essa realidade existe, vamos nos adaptar a ela da maneira mais inteligente possível.



“ A reforma tributária tem que ser acompanhada de medidas no sentido de evitar o empreguismo desmedido ”

AC — Agora, uma pergunta para o ex-Ministro da Fazenda. Pelas suas observações, os municípios não têm condições de desenvolver todas as tarefas que a Constituição lhes delega, nem todas as tarefas que os municípios demandam. É sinal de que a estrutura de arrecadação, de distribuição dos recursos por estado e municípios pelo Governo Federal está distorcida, e se necessitaria primordialmente de uma reforma tributária?

SIMONSEN — Eu diria que o problema não é só de reforma tributária. A Constituição brasileira define muito bem as competências para arrecadar tributos, ou seja, quem pode cobrar o quê de quem. Ela definiu muito mal as responsabilidades. Se me fosse perguntado se eu seria favorável a uma revisão do sistema de rendas tributárias no sentido de dotar os municípios de mais recursos — estou falando especificamente dos municípios e menos dos estados —, eu diria que sim. Por uma razão: o município em geral é bastante econômico em suas soluções e comporta uma fiscalização muito mais direta do contribuinte do que a fiscalização que é exercida sobre o Governo Federal. Na verdade, no Brasil ninguém realmente cobra as despesas do Governo Federal — todos nós pagamos, em maior ou menor escala, imposto de Renda, IPI e vários outros impostos, mas nenhum de nós tem como cobrar aquilo que o Governo Federal realmente faz com os nossos recursos. Num município, como há uma relação de contato individual entre o munícipe e o prefeito, muito mais estreita, entre o munícipe e a Câmara de Vereadores, do que a que pode existir na órbita federal, esta cobrança costuma ser muito mais eficiente. Então, eu seria muito favorável a se dar maior volume de recursos aos municípios, para que eles, dentro de certos critérios, dispusessem de mais recursos para efetuar os seus programas. O critério indispensável em qualquer redistribuição de renda é uma limitação com as despesas de pessoal. Quando se fala de reforma tributária, é preciso se colocar uma qualificação: tudo isso está muito bem, mas desde que não se usem estes recursos adicionais simplesmente para nomear mais funcionários públicos. Nós sabemos que, em 1982, o número de funcionários estaduais e municipais no Brasil aumentou em 500 mil. Aí, os estados ficaram à mingua de recursos, precisaram 1% mais de aumento do ICM e tudo mais, para quê? Se for para nomear mais funcionários, daqui a três anos vamos ter todos estes problemas de novo. Vamos de ICM em ICM, até o ponto em que todos pagaremos só impostos para sustentar o empreguismo na política de certos estados. A reforma tributária tem que ser acompanhada de medidas no sentido de evitar o empreguismo desmedido, que é, vamos dizer assim, o instrumento eleitoral mais fácil que pode existir nos estados e municípios. Mas tomada esta precaução, me parece que é extremamente importante uma política de maior descentralização na competência tributária e sobretudo na arrecadação de recursos fiscais.

Dia do Livro serve como reconhecimento a Lobato



Transcorrem este mês as comemorações do Dia do Livro. É o dia consagrado a enaltecer um instrumento básico da cultura humana. Tudo que existe de importante na vida dos povos, todos os conhecimentos humanos, toda a Ciência se encontra registrada no livro. Não existe uma estatística certa a respeito, mas podemos calcular que haja muitos trilhões de livros sobre a Terra. E a produção não pára um só minuto. No Brasil, o Dia do Livro foi fixado no mês de abril em homenagem a Monteiro Lobato, que tanto se bateu pela divulgação literária em nosso país. E tudo isso nos leva à secular sabedoria oriental: "Não se passa impunemente à sombra de um livro".

Texto: Departamento Técnico-Educacional da Fundação Mobral
Ilustração: Nilton dos Santos

Num país como o nosso, porém, em que o índice de analfabetismo ainda é tão grande e, mesmo entre os letrados, o hábito de ler apenas engatinha, o papel que cabe ao livro não é dos mais significativos. O Mobral tem bastante a ver com isso. Não, evidentemente, como se fosse responsável por essa realidade, mas enquanto lhe cabe um papel muito especial na tentativa de modificá-la: somos, legitimamente, um órgão de Educação.

Desde a mais remota antiguidade a comunicação entre os homens — base da Educação, em seu sentido maior — se fez através da palavra, das representações gráficas (como o desenho e a escultura) e das expressões plásticas, até chegar à escrita.

A partir de então, pode-se dizer que o livro, ainda que nas formas as mais primitivas, começou a se constituir o mais importante dos recursos didáticos, pelo menos de forma assídua e sistemática.

Hoje em dia é impossível pensar-se em Educação sem se pensar em livro. Aliás, é praticamente impossível se cogitar de qualquer coisa a que o livro não esteja, de algum modo, inevitavelmente ligado — registrando, comunicando, perpetuando as idéias.

O Mobral não poderia fazer exceção. O livro é seu instrumento de trabalho, seu pão de cada dia, seu chão e seu fruto — coerente e coeso com a realidade viva, a carne e o sangue das necessidades e valências do homem, seu alvo definitivo.

De muitas maneiras, o livro (usado, aqui, genericamente, como qualquer publicação mais consistente) está presente na vida do Mobral: como instrumental de apoio em seus diversos programas e projetos; como sistematização de conhecimentos e manifestações culturais da população; como revelação de talentos; como recurso, no âmbito interno da própria Instituição, de treinamento, capacitação, definição de referenciais ou diretrizes, etc.; e até, simplesmente, pela disseminação da boa leitura.

É principalmente no campo de apoio às ações educacionais que a presença do livro se faz marcante em cada setor. Assim:

O Programa de Alfabetização Funcional de modo geral, e com possibilidade de alternativas, utiliza livros que abordam exercícios de Linguagem e de Matemática, textos para Leitura e Interpretação, orientações para o Alfabetizador.

O Programa de Educação Integrada se vale de material didático semelhante: Guias do Professor e Livros de Textos Geradores e congêneres para atender os objetivos relativos às quatro primeiras séries do 1º grau.

O Autodidatismo, por força de sua própria estrutura e finalidade, dá aos livros uma ênfase toda especial e colige um número bem amplo de títulos. Será através do trato direto e quase exclusivo com esses livros, interagindo com o universo de suas experiências pessoais, que os "alunos" incorporarão, sistematicamente, os novos conhecimentos pretendidos.

Na área de Educação para o Trabalho (Programa de Educação Comunitária para o Trabalho e, principalmente, o chamado Treinamento Formal) também há uma quantidade imensa de publicações, visando não só auxiliar o instrutor na execução dos cursos por ocupação específica, mas também lhe dar subsídios para fundamentação teórica, instrucional e de apoio técnico-administrativo.

O Pré-Escolar, mesmo sendo o cácula dos programas do Mobral, já conta com publicações bastante expressivas tentando subsidiar seus monitores desde a fundamentação filosófica e metodológica do programa até os seus aspectos operacionais mais detalhados (a revista *Criança*, já em seu 9º número, é um ótimo exemplo).

Se pensarmos em programas e projetos já desativados (desativados como tais, mas que permanecem em suas ações integradas aos Projetos Nacionais e aos Projetos Específicos, permeando-os, até), como o Programa Cultural e o de Educação Comunitária para a Saúde, identificaremos outro tanto de preciosas publicações que se propunham, então, a apoiar seus monitores, mas que detêm comprovado valor permanente.

Há ainda os livros que são coletâneas muito particulares editadas pela Instituição: a coleção *Poetas do Mobral*, por exemplo, ou os textos resultantes de concursos em convênio com o SNT e o INL ou, ainda, a coleção *Cada Cabeça é um Mundo* elaborada pelo Programa Tecnologia da Escassez.

A sistematização de conhecimentos da população, de suas manifestações culturais, foi objeto de coletâneas como *Ervas Medicinais* ou *Receitas Culinárias*, identificando-se hábitos e costumes, registrando-se a riqueza singular dessa cultura popular.

Mas não é só. O simples fato (simples?) de o Mobral se propor, por princípio, a adequar-se às realidades locais, a perseguir uma progressiva participação das comunidades na estruturação das propostas tende a incorporar a população como agente ativo do processo educativo. Isto se refletirá, consequentemente, nos conteúdos e na linguagem de sua produção literária.

Em outras palavras, se "a ação educativa tem seu início no momento em que se busca a identificação do contexto no qual ela se desenvolve", conforme o documento *Ação do Mobral para 1984*, cada linha de cada publicação do variegado material didático assinala a presença desse contexto. E, assim sendo, se o livro para nós não é o instrumento rígido de um modelo fechado, a maleabilidade na sua construção e utilização validará, tranquilamente, que ele, o livro, instrumento típico e indispensável dos sistemas formais de educação, seja tão fartamente utilizado por quem se determina, como o Mobral, a uma ação predominantemente não-formal.

Por tudo isso, e dentro desse significado, a proximidade do Dia do Livro faz o Mobral se sentir no pleno direito àquela glorificação do poeta: "Bendito o que semeia livros..."

Coordenação age visando esclarecer empresários

De acordo com declarações do Coordenador do Mobral em Mato Grosso do Sul, Orlando Mongelli, ao *Ação Comum*, uma equipe de supervisores e técnicos da Coordenação já percorreu cerca de 40% dos municípios do estado, visando esclarecer aos empresários e contabilistas o regulamento que permite a dedução de 2% do Imposto de Renda Devido em favor da Instituição.

Informou o Coordenador que, como nos anos anteriores, verificou-se uma ótima receptividade desses segmentos da sociedade, "que querem assegurar o prosseguimento dos programas do Mobral naquele estado". O Coordenador confirmou que todos os municípios serão visitados com a finalidade de se conseguir o engajamento de toda a classe empresarial de Mato Grosso do Sul.

Projeto Capital

Informou ainda o Coordenador de MS que foi assinado no Gabinete do Prefeito de Campo Grande, Lúdio Martins, um convênio denominado Projeto Capital, cujo objetivo é promover uma ação integrada entre o Mobral, a Prefeitura do Município e as Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, visando, através da metodologia de ação comunitária, atender a sete favelas da periferia de Campo Grande. Assinaram o documento o Prefeito Lúdio Martins, o Coordenador do Mobral, o Padre Antônio Secundino de Castro, Diretor da Faculdade de Serviço Social, e Edna Paulucci Jofelli, Presidente da Comissão Municipal do Mobral. Ainda na ocasião, ocorreu a assinatura de outro convênio referente ao Projeto de Educação Integrada, a ser desenvolvido em Campo Grande, no ano de 1984.

Capacitação

Orlando Mongelli declarou que o primeiro trimestre do ano é destinado a um processo de capacitação generalizada, envolvendo agentes de todos os municípios, objetivando sua preparação para o desenvolvimento dos programas/projetos/atividades organizacionais. Disse, ainda, que a Coordenação iniciou sua ação educativa, em todo o estado, no mês de março, para não ocorrer o encerramento dos diversos programas, no ano subsequente.

Para tanto, a primeira preocupação foi montar uma estratégia de interiorização do material didático, visando permitir o início das aulas dentro do cronograma previsto. Desta maneira, formou-se um *pool* com veículos disponíveis da Coordenação, transportadoras e veículos dos municípios, que conseguiram em tempo hábil distribuir o material didático por todo o estado.

Destaques

O Coordenador de Mato Grosso do Sul disse, ainda, que na área de desenvolvimento cultural merece destaque o I Roteiro da Minimobralteca Tuiuiu do Pantanal, que está percorrendo os Municípios de Inocência, Paranaíba, Aparecida do Taboado e Selvíria, todos situados na região do Bolsão Matogrossense e com marcantes tradições culturais.

Finalizando, disse Mongelli que, em todas as atividades levadas a efeito pelo Mobral neste primeiro trimestre, cabe ressaltar o apoio consciente de todos os segmentos das comunidades, assim como a adesão das prefeituras municipais, que contribuíram, de forma efetiva, para o sucesso dos treinamentos realizados pelo Mobral, oferecendo seu município como pólo ou, ainda, patrocinando viagens de seus agentes para outros municípios.

COLUNA JURÍDICA

Pré-contrato é uma garantia para as partes

O tema em epígrafe será versado em termos acessíveis, deixando-se de lado as doutrinas contraditórias, largamente estudadas em tratados de direito civil e comercial.

Todo contrato é geralmente precedido de conversações, discussões, acordos preparatórios, negociações, até que se encontra solução condizente com a sua formação. Nesse ínterim, os pactuantes não se obrigam reciprocamente nem vinculam sua vontade para o futuro.

Quando isso acontece, porém, a oferta, tradutora da vontade definitiva de contratar, muda a feição da situação jurídica. Desaparecem os planos de especulação para surgirem condições preestabelecidas. A proposta e a aceitação constituem então um negócio jurídico, desde que se obrigue um consentimento inequívoco. É do encontro harmônico das vontades que, realmente, nasce o vínculo obrigacional, a tessitura do contrato. Isso representa o que se convencionou denominar de contrato preliminar ou promessa de contrato.

Ele constitui, indiscutivelmente, uma etapa marcante, tendo como conteúdo uma futura contratação. É um meio preparatório para a celebração do contrato definitivo, restando, apenas, a declaração expressa da vontade como remate dessa definitividade. A consequência do contrato preliminar, refere o *emérito* Desembargador Serpa Lopes, de quem nos valem para rascunhar estes apontamentos, "(...) é a obrigação de declarar uma vontade, de consentir no contrato definitivo, quando se tornar exigível. A promessa carece, então, de fim econômico próprio, imediato, e só representa um meio assecuratório e preparatório da celebração futura de outro contrato".

O grande problema dos contratos preliminares assenta nos seus efeitos: o ordenamento jurídico, no inadimplemento da obrigação, possibilita a composição do prejuízo e, em consequência, a execução do projeto sobre o patrimônio do devedor

que para muitos é o verdadeiro objeto da obrigação e não a pessoa do devedor. Há, então, uma alternativa: a execução de perdas e danos, sendo uma alternativa em benefício do credor, desde que juridicamente fungível a prestação.

A vontade, nessa altura, não é mais fator preponderante, de vez que o assentimento já foi realmente manifestado no contrato preliminar. Apenas entra em cena a própria execução da obrigação. A vontade é substituída pelo objeto da transação. A disposição do art. 1.006 do Código de Processo Civil corrobora tal raciocínio, quando prescreve que, "(...) nas promessas de contratar, o Juiz assinará prazo ao devedor para executar a obrigação, desde que o contrato preliminar preencha as condições de validade definitiva". Em relação à promessa de compra e venda de imóveis, a lei chega ao ponto de facultar ao Juiz a sub-rogação da vontade imanifestada a que o devedor se obrigará inicialmente, outorgando a escritura definitiva. Em síntese, a figura da responsabilidade se apresenta, como vimos, de duas maneiras alternativas, à escolha do credor: a) perdas e danos mediante penhora; b) retirada específica dos bens para realizar-se a prestação devida.

Quando o instrumento público for da substância do contrato, quaisquer das partes pode arrepender-se antes de assiná-lo, porque sem essa forma o ato não tem existência legal. Se, contudo, havia promessa estável de lavrar-se a escritura, constante do contrato preliminar, o seu inadimplemento acarretará a responsabilidade por perdas e danos pré-ajustados (e o sinal), como acontece em toda a obrigação de fazer não cumprida por culpa do devedor, conforme o disposto nos arts. 879 e 1.088 do Código Civil.

Hugo Wanderley — Chefe da Procuradoria Jurídica da Fundação Mobral.

Linha de ação do Mobral é tema de encontro em Minas

Está marcada para o mês de maio, no Município de Pará de Minas, a realização do terceiro encontro reunindo líderes comunitários, que visa ampliar a abrangência da ação proposta no I Encontro de Prefeitos do Projeto Mobral/Comun, realizado em Governador Valadares, em setembro do ano passado.

As duas reuniões anteriores foram efetuadas em Lagoa da Prata, em dezembro, e Bom Despacho, em fevereiro, com a participação de representantes dos municípios de Dorcas do Indaiá, Pompeu, Abaeté, Martinho Campos e, ainda, como convidados, Contagem, Pará de Minas e Mateus Leme. No primeiro a frequência chegou a 85%, e no segundo não houve faltas.

Realidade

Nestes encontros, numa linha de reflexão mais profunda e à luz da realidade de cada município, é mostrado o

conhecimento do Mobral como entidade que realiza ações educativas no campo da alfabetização de adolescentes e adultos, da educação continuada e do desenvolvimento de crianças de quatro a seis anos, em comunidades de baixa renda.

Para apresentar as linhas de ação do Mobral, que têm na participação comunitária o eixo fundamental de apoio ao desenvolvimento dos seus programas, projetos e atividades, não são feitas palestras; trocam-se idéias através do estudo e discussão em grupos, formados por área de interesse.

Participam das reuniões os presidentes das Comissões Municipais, prefeitos municipais, secretários de educação, presidentes das Câmaras Municipais, encarregados, representantes das delegacias regionais do MEC, diretores de escolas, líderes de associações de bairros e representantes de igrejas.

I Feira de Cultura Popular reúne artesãos municipais

O Mobral e a Prefeitura de Juazeiro realizaram na sede do município a I Feira Intermunicipal de Cultura Popular, com a participação de artesãos de diversos municípios da região, que se constituiu um dos principais eventos culturais realizados no interior da Bahia, nos primeiros quatro meses deste ano.

O Prefeito de Juazeiro, Jorge Khoury Hedaya, que também preside a União dos Prefeitos da Bahia, afirmou ao *Ação Comum* que "não poderia deixar de colaborar com a promoção, tendo em vista os relevantes serviços que o Mobral presta ao seu município".

Atuação Marcante

"O Mobral", salientou o Prefeito, "tem uma atuação marcante em Juazeiro. Nos últimos anos, a Comissão Municipal do Mobral, somente no Programa de Alfabetização de Adultos, conveniou 19.560 alunos, atendendo pessoas da sede, dos distritos e de várias localidades da região onde estão implantados projetos de irrigação do solo. O Programa de Educação Integrada atendeu ultimamente a cerca de mil estudantes, e na área da Educação Pré-Escolar, foram atendidas mais de 1.500 crianças na faixa etária dos quatro aos seis anos, com assistência extensiva a seus familiares com complementação alimentar e orientação sobre higiene e saúde.

No setor de Educação Profissionalizante, o Mobral promoveu 55 cursos com a presença de mais de 500 pessoas para formação em corte e costura, tapeçaria, pintura, manicura, eletrônica, mecânica, pedreiro e encanador. A Fundação se destacou, ainda, por sua participação em atividades culturais e comunitárias, promovendo festas cívicas, programas esportivos e de lazer, além de orientar a comunidade na implantação de hortas comunitárias, fossas, enfim um vasto trabalho para a melhoria das condições de vida da população carente da periferia da cidade e de diversas localidades do interior do município".

Eficiente atuação

A partir deste ano, todas as atividades educacionais estão sob a responsabilidade do Mobral, por determinação do próprio Prefeito Jorge Khoury. "Tomei esta decisão", disse ele, "considerando a eficiente atuação do Mobral em Juazeiro". Khoury destacou o trabalho da Entidade, especialmente, nas comunidades que trabalham junto aos projetos de irrigação do solo, "onde o órgão tem levado ensinamentos e cultura a centenas de colonos carentes, até então, totalmente desassistidos na área da Educação".

"Depois que tomei posse", afirmou o Prefeito, "o Mobral foi o único órgão do setor da Educação que me procurou pedindo apoio para a execução de seus programas". Segundo Khoury, a iniciativa foi muito importante, porque veio facilitar o desenvolvimento de um trabalho integrado, que beneficia muita gente. Referindo-se, especificamente, à sua administração, o Prefeito acrescentou que o Mobral tem se destacado não somente na área de educação de adultos, como também no setor de educação pré-escolar, ação comunitária e cultural, educação para o trabalho e programas de orientação à população no que diz respeito à higiene e saúde. "Graças à orientação da Coordenadora Ilka Figueiredo e à atuação da Supervisora de Área Maria Beatriz Figueiredo, a ação do Mobral aqui em Juazeiro tem sido das melhores. Através de um trabalho conjunto, temos procurado suprir as deficiências da população carente", disse Jorge Khoury.

Trabalho junto aos colonos

Em sua entrevista ao *Ação Comum*, o Prefeito de Juazeiro fez questão de destacar, especialmente, o trabalho realizado pelo Mobral junto aos colonos nos diversos projetos de irrigação implantados no município. Segundo ele, os benefícios desse trabalho



Jorge Khoury Hedaya, Prefeito de Juazeiro.

são de relevância muito grande, considerando, principalmente, que essas comunidades nunca tiveram nenhuma assistência educacional e comunitária. "O Mobral foi a primeira instituição de Educação que entrou nas vilas dos colonos, levando ensinamentos a seus moradores. Hoje, essas comunidades, pelo menos, já são assistidas nesta área".

De acordo com dados fornecidos pelo Prefeito Jorge Khoury, além dos projetos de irrigação da Barragem de Sobradinho — o maior lago artificial do Brasil —, onde o Mobral mantém 10 classes de alfabetização e 8 Núcleos de Pré-Escolar, a organização está presente também nos projetos de irrigação de Tourão, Maniçoba, Mandacaru, Curaçá e Agrovale.

Nessas localidades, o Mobral está atendendo, este ano, a cerca de 1.500 alunos em cursos de Alfabetização Funcional, além de envolver um número bem maior de pessoas em outros projetos/programas e atividades. Em Sobradinho, onde o trabalho é desenvolvido em convênio com as Centrais Hidroelétricas do São Francisco — Chesf — e atinge um grande número de moradores, está instalado, também, um posto cultural em pleno funcionamento, com atividades na área de biblioteca, programações de lazer, cultura e esportes.

A Feira de Artesanato

A I Feira Intermunicipal de Cultura Popular, entre outros objetivos, pretende divulgar a cultura regional, promover o intercâmbio cultural entre os municípios participantes e fortalecer a relação cultura/lazer/turismo. Toda a renda obtida com a comercialização dos produtos, segundo informações do Prefeito de Juazeiro, foi destinada aos participantes. Estiveram representados os municípios de Uauá, Santo Sé, Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, Jaguari, Senhor do Bonfim, Campo Formoso, Antônio Gonçalves, Pindobaçu, Saúde, Itiúba, Caldeirão Grande, além do município anfitrião, que participou com artesãos da sede e do campo. Durante a Feira os participantes foram animados com uma programação cultural, destacando-se a apresentação de peças teatrais, literatura de cordel, espetáculos musicais e *shows* folclóricos. Além da Prefeitura de Juazeiro e do Mobral, também colaboraram com a promoção o comércio e a indústria do município, clubes de serviço e prefeitos dos municípios convidados. Durante os dois dias da Feira foram comercializados os mais diversos produtos do artesanato regional, confeccionados em cerâmica, madeira, tecidos, tecelagem, couro e pintura. Foram oferecidos a todos os participantes da Feira comidas típicas da região, doces caseiros, frutas e verduras colhidas nas hortas comunitárias implantadas pela clientela do Mobral.

EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE

Ministério diz que integração é o caminho

O Congresso Mundial de População — 1974, em Bucarest, referenciou o planejamento familiar no contexto das ações de saúde. O Brasil adotou, então, a seguinte posição: atribuir ao Estado a responsabilidade de "proporcionar informação e meios para que todos possam planejar suas famílias; oferecer serviços adequados e adotar medidas necessárias para a redução da mortalidade geral, em especial a infantil".

Para o Ministério da Saúde, a determinação do número de filhos por casal não deve ser encarada como solução dos problemas sociais e econômicos, nem ter ignorada a sua inegável interface com o setor de saúde. Ao planejamento familiar é atribuído lugar adequado no contexto das ações de saúde.

Dessa forma, seguindo a linha adotada pelo Congresso Mundial de População — 1974, o Ministério da Saúde estabeleceu um plano de ação onde serão destacados aspectos médicos, tais como a sexualidade e a reprodução, com ênfase no planejamento familiar. É considerado, ainda, neste plano, o direito de todos os segmentos da sociedade à livre escolha dos padrões de reprodução que lhes convenham como indivíduos e como casais. Para que esse direito possa ser efetivamente exercido, é necessário que as pessoas não só tenham conhecimento das possibilidades de influir no ritmo da procriação, como também tenham acesso às informações e aos meios de comunicação, a fim de que diferenciem o exercício da sexualidade da função reprodutiva e, conseqüentemente, adquiram condições de exercer na plenitude, o planejamento de sua família. É previsto, também, neste plano de ação, o desenvolvimento de formas para regulação da fertilidade humana, implementando métodos e técnicas de planejamento familiar, corrigindo estados de fertilidade.

Reunindo esforços

É de fundamental importância, para a eficácia do plano, o apoio de toda a estrutura federal e de órgãos atuantes no campo do desenvolvi-



• Planejar o número de filhos é um direito dos casais.

• Plano de saúde promove assistência integral à saúde da mulher.

• Ao planejamento familiar é atribuído lugar adequado no contexto das ações de saúde.

• Para o Ministério é importante integrar esforços.

mento social das comunidades. Destaca-se a Comissão Interministerial de Planejamento — Ciplan — como órgão incumbido do planejamento da ação comum entre o Ministério da Previdência e Assistência Social e o Ministério da Educação e Cultura nos assuntos relativos à formação de recursos humanos, visando a promoção de ações de assistência integral à saúde da mulher, além da participação do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social e da Legião Brasileira de Assistência.

Ao definir o plano, o Ministério da Saúde contempla, de um lado, as distintas realidades regionais; de outro, a concentração em áreas assistenciais prioritárias, através de centros de referências regionais para a educação continuada do pessoal envolvido nas atividades estabelecidas pelo plano.

Convênios permitem desenvolver ações conjuntas na área social

Em seus 13 anos de existência, principalmente a partir de 1980, o Mobral vem realizando importante trabalho de articulação com outras entidades públicas e particulares, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas na área social, adequando-as aos interesses e aspirações das comunidades e a fim de aproveitar ao máximo os recursos públicos e comunitários.

Este ano, quando a descentralização atinge um novo patamar técnico e administrativo dentro da Organização, intensifica-se este esforço de articulação. Assim, as Coordenações e as Comissões Municipais mantêm convênios e termos de compromisso com entidades regionais. A partir da Divisão de Convênios do Departamento de Relações Externas, são efetuados trabalhos conjuntos de nível nacional. Há convênios assinados com aproximadamente 20 entidades, compreendendo Ministérios, Fundações, Associações e outros tipos de organização. Dessas articulações resulta a formação de um sistema de trabalho integrado de agências de serviços sociais a partir de aspectos bem definidos:

- atuação interdependente e coordenada;
- complementariedade funcional;
- melhoria de eficiência e eficácia.

Ao mesmo tempo, evita-se a duplicidade de atuação de órgãos de finalidades semelhantes nas mesmas áreas e na mesma época. O Mobral, por exemplo, que é um órgão de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, oferece a mais vasta rede organizacional do País com sua presença assegurada em 4.020 municípios e, associado a outras entidades, pode concretizar ações educativas mais amplas no âmbito da saúde, da alimentação, da higiene, do trabalho, da habitação e da cultura destinadas às populações mais carentes. Como as ações ocorrem em nível local, a partir do interesse manifesto e das necessidades sentidas pelas populações, garante-se a participação comunitária no levantamento dos problemas e no desenrolar das ações. Promovem-se, assim, a identificação, o fortalecimento e a criação de estruturas associativas em centenas de milhares de espaços que possam descobrir e debater os problemas, propor soluções e programar as atividades relacionadas com cada um dos órgãos envolvidos nos convênios e acordos.

Aglutinação

A aglutinação das agências sociais é feita, neste processo de articulação, por projetos e não mais por objetivos das entidades. Isto facilita muito o trabalho. Permite, além do mais, que as Coordenações do Mobral estudem e decidam se devem ou não participar dos projetos, tendo em vista o interesse das comunidades — continuar em 1984 e/ou ir além desenvolvendo tais atividades, ou iniciá-las este ano.

Os convênios assinados e em vigor são com os Ministérios da Saúde, Aeronáutica, Exército e Fazenda, com o Projeto Rondon, a Central de Medicamentos — Ceme —, a Fundação Nacional de Arte — Funarte —, Instituto Nacional de Música, o Lyons Club do Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro — Uni-Rio —, a Fundação de Assistência ao Estudante — FAE —, a Legião Brasileira de Assistência — LBA —, o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural — Senar —, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — Senac —, a Associação dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor — Funabem —, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB —, a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa — Funtevê —, a Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social — Mudes —, o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos — PNCSU —, o *Jornal de Le-*

Articulações em 1984 alcançam mais de 20 entidades.

Atuação é interdependente e coordenada.

Grupamento das agências de serviços sociais é básico.

Variam propostas, conteúdos e formas de atuação.

Saúde, alimentação, trabalho e habitação na pauta.

Complementariedade funcional melhora eficiência.

Núcleos comunitários apóiam planejamento familiar.

tras e a Fundação Nacional do Índio — Funai.

Discriminação

Os convênios em vigor variam enormemente nas propostas, nos conteúdos e formas de atuação. Com o Ministério da Saúde, por exemplo, o convênio prevê campanhas nacionais que conduzam a articulações com as Secretarias de Saúde (municipais e estaduais) e entidades locais nas fases de planejamento e execução; divulgação junto aos núcleos do Mobral e à população em geral; participação, nas épocas de vacinação, dos técnicos, supervisores e agentes do Mobral e ação educativa abrangendo toda a população. As campanhas são de vacinação anti-rábica, antipoliomielítica, de aleitamento materno e outras. Não há repasse de recursos. O Mobral utiliza sua estrutura de apoio para remeter material para o campo, com auxílio do Ministério.

Para desenvolver várias ofertas do Mobral na educação continuada de adolescentes e adultos e projetos paralelos ou tangenciais de outras entidades, foi assinado convênio com o Projeto Rondon. Na prática, há o diagnóstico da área, a mobilização dos estudantes, a divulgação e mobilização das pessoas da comunidade e o acompanhamento e avaliação do trabalho.

Também a Central de Medicamentos — Ceme — utiliza a rede Mobral para um trabalho de conscientização da população desfavorecida sobre o uso correto e a forma de aquisição dos medicamentos a preço de custo para as pessoas carentes; veiculação de mensagens através dos meios de comunicação do Mobral; a identificação, junto a essa população e utilização de plantas medicinais; e a difusão do uso correto do reidratante oral.

O Ministério da Aeronáutica, assim como o Ministério do Exército, executa ação conjunta com o Mobral na Ação Cívico-Social — Aciso —, projeto de grande significado nos municípios interiores, com ações de saúde, saneamento básico, alimentação, lazer, cultura, atendimento médico e odontológico.

O projeto oriundo do convênio com a Funarte e o Instituto Nacional de Música teve como objetivo realizar o mais amplo levantamento das músicas de bandas existentes em todo o Brasil. Para isto, o Mobral mobilizou as Comissões Municipais para participarem, nos municípios, de festivais; providenciou a gravação das músicas e as encaminhou ao Instituto Nacional de Música. A Funarte ofereceu prêmios valiosos e vai editar o repertório de ouro das músicas de banda. Está prevista uma série de mostras dos vencedores.

A fim de ampliar o relacionamento e integração entre a Fundação Mobral e os clubes de serviço (Lyons, Rotary e outros), foi assinado em fevereiro deste ano, em São Paulo, um Termo de Colaboração entre a Instituição e o Conselho Nacional de Governadores dos Lyons Clubs do Brasil. Este termo permitirá um relacionamento informal

e esporádico, mas seguro, como ponto de apoio dos clubes de serviço aos diversos programas e projetos do Mobral. Permitirá possivelmente, também, um envolvimento maior dos empresários que, como membros dos diversos clubes estaduais do Lyons, poderão ampliar sua já considerável contribuição com a indicação de 2% do Imposto de Renda Devido para o Mobral em suas Declarações de Renda.

Com a Universidade do Rio de Janeiro — Uni-Rio —, um convênio, renovado por diversas vezes, visa treinar grupos de teatro amador vinculados ao Mobral nos municípios. O treinamento será feito pelos alunos da Universidade. São previstas despesas de viagem e ajuda de manutenção. A idéia é estimular o espírito teatral nas pequenas comunidades.

A Fundação de Assistência ao Estudante — FAE — mantém um convênio prevendo o fornecimento de merenda para as classes de Pré-Escolar desenvolvidas pelo Mobral. Quanto ao *Jornal de Letras*, veículo cultural de tradição, editado mensalmente no Rio mas de repercussão e circulação internacional, é distribuído aos órgãos que desenvolvem projetos culturais em todo o País, graças ao convênio mantido com o Mobral.

Trabalho

Os propósitos do convênio com a Fundação Nacional do Índio — Funai — são expandir o programa de Educação Pré-Escolar e o desenvolvimento de uma ação educativa em aldeias indígenas no Território de Roraima. O Mobral repassa verbas; elabora projetos de treinamento; integra a equipe de coordenação; sensibiliza e mobiliza os participantes — a população indígena; divulga, enfatizando ações suplementares; mantém intercâmbio de informações; acompanha e avalia o projeto. A Funai indica os locais para as classes; organiza as classes com um mínimo de 25 alunos e máximo de 30; recruta professores; compõe equipes de coordenação.

O objetivo principal dos convênios com o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural — Senar — e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — Senac — é deslançar ações destinadas à qualificação da mão-de-obra rural e do comércio e serviços. Já com a Associação dos Veteranos da FEB a idéia é realizar o censo nacional dos ex-combatentes e seus herdeiros, e isto vem sendo feito a bom ritmo. E com a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor — Funabem — pretende-se desenvolver ações integradas diversificando o atendimento ao menor abandonado e carente; concretizar articulações entre os órgãos estaduais das duas partes, Mobral e Funabem; fazer intensa coleta de dados e manter constante intercâmbio de informações.

Planejamento

O planejamento familiar está na ordem do dia no País. Aqui mesmo no *Ação Comum* publicamos entrevista com o Ministro-Chefe do Estado-

Maiores das Forças Armadas, Brigadeiro Waldyr Vasconcelos, sobre a explosão demográfica no País, e inserimos artigo do Coordenador de Comunicação Social do Ministério da Educação e Cultura, Antonio Praxedes, abordando o tema.

A política demográfica ditou as bases de um convênio firmado entre o Mobral e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB. O trabalho consiste na estruturação de núcleos comunitários de apoio ao projeto, prestação de informações sobre reprodução humana, educação sexual, cuidados materno-infantis e métodos de planejamento da prole. Envolve, também, a capacitação de recursos humanos envolvidos nos diferentes níveis, através de encontros, seminários e simpósios.

Continua em vigor um convênio assinado em junho de 1983 com a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa — Funtevê —, pelo qual essa rede veicula o programa Domingo Mobral, no horário dominical previsto pela Portaria nº 568, de 21 de outubro de 1980; fornece estúdio para gravação do programa; realiza, a partir de fitas-matrizes fornecidas pelo Mobral, as cópias necessárias para distribuição pelas emissoras de rádio. O Mobral redige, produz e grava o programa, responsabilizando-se pelos seus custos.

Com a Fundação Mudes o que se visa é proporcionar estágios a universitários a fim de integrá-los em suas profissões. O convênio com o Ministério da Desburocratização previa — e foi executado — o trabalho de elaboração de um projeto-piloto que informasse aos cidadãos sobre os serviços públicos a que eles têm direito, indicando em manual apropriado, nome, endereço e horário dos órgãos aos quais se devem dirigir e os documentos necessários para obter certidões, registros, atendimentos médicos e outros benefícios.

Informação

O Mobral coopera com a Receita Federal, do Ministério da Fazenda, dispondo de equipamentos técnicos e pessoal habilitado a criar e executar produtos de caráter informativo que atendam às necessidades da Alfândega. Em contrapartida, a Receita Federal tem fornecido ao Mobral equipamentos eletrônicos apreendidos pelos serviços aduaneiros, vitais para montar a vídeo-rede da Fundação e estendê-la às Coordenações.

Finalmente, o convênio assinado com o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos — PNCSU —, para capacitar recursos humanos envolvidos num projeto que visa, acima de tudo, mobilizar a comunidade para concretizar ações de saúde, está em encerramento, tendo sido aprovados os projetos desenvolvidos no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais/Norte, Paraná, Mato Grosso do Sul, Acre, Sergipe e Roraima.

Todos os convênios se realizam em ação conjunta, ora em apoio aos objetivos educacionais do Mobral, ora em apoio aos objetivos específicos dos outros órgãos a ele associados, mas sempre a partir das aspirações e necessidades manifestadas pelos grupos representativos das comunidades.

O passo mais recente neste sentido foi o Protocolo de Intenções assinado em fevereiro deste ano, em Brasília, pelo Mobral, a Legião Brasileira de Assistência, a Fundação de Assistência ao Estudante e o Projeto Rondon. O Presidente do Mobral, Claudio Moreira, a Presidente da LBA, Léa Leal, o Presidente da FAE, João Felício Scárdia, e a Presidente do Projeto Rondon, Myriam Levy Cardoso Moreira, decidiram ampliar, articulados, seus esforços e recursos para realizar ações conjuntas em nível local, devendo todas as propostas ser estudadas sob a forma de colegiado.